

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.662 - MG (2019/0160100-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PROCURADOR** : MARIO EDUARDO GUIMARAES NEPOMUCENO JUNIOR E  
OUTRO(S) - MG102604  
**AGRAVADO** : SINESIO FATIMA DA SILVA  
**ADVOGADOS** : ARIVALDO RESENDE DE CASTRO JUNIOR - MG109163  
RAFAEL BATISTA PORTO - MG133267  
ANNA FLÁVIA MELO MIRANDA - MG143416  
CHINAYDER CHANDER MELO MIRANDA - MG102919N  
DAIANA DE SOUZA OLIVEIRA - MG165618

## **EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. TETO REMUNERATÓRIO. VANTAGENS PESSOAIS ADQUIRIDAS ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL 41/2003. DENEGACÃO DA SEGURANÇA. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS PELO IMPETRANTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL E 520, I, DO CPC/2015. COMANDO NORMATIVO GENÉRICO. INSUFICIÊNCIA PARA INFIRMAR AS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança, impetrado por Sinésio Fátima da Silva contra ato comissivo do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consubstanciado no desconto efetuado sobre seus vencimentos, a título de "teto remuneratório", o que reputa ilegal.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. Na forma da jurisprudência do STJ, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA,

# *Superior Tribunal de Justiça*

DJe de 23/04/2008; REsp 1.672.822/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017; REsp 1.669.867/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017.

V. Os dispositivos infraconstitucionais apontados por violados, no caso, os arts. 186 e 927 do Código Civil e 520, I, do CPC/2015, ostentam comando normativo genérico, insuficiente para infirmar as conclusões do acórdão recorrido, no sentido de que, "no que se refere aos termos iniciais, (...) tenho que os índices somente poderão incidir sobre o valor devido, a partir da intimação do servidor para pagamento após decisão proferida no processo administrativo, data em que este será intimado para pagamento", carecendo, portanto, de adequada fundamentação o apelo nobre, a atrair a incidência da Súmula 284/STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". Nesse sentido: "Incide o teor da Súmula 284/STF, ante a deficiência na fundamentação recursal, eis que o comando do dispositivo apontado como violado, por ser genérico, não possui aptidão suficiente para infirmar a fundamentação do acórdão do Tribunal de origem acerca da legitimidade passiva da União. (...)" (STJ, AgRg no REsp 1.321.920/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/08/2013).

VI. Agravo interno improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(data do julgamento).

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
Relatora